Ata da reunião extraordinária nº 1611 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 24 de junho de 2026.

No dia vinte e quatro de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência do Reitor em exercício, Prof. Dr. Miguel Belinati Piccirillo, com a presença dos seguintes Conselheiros: Laura Taddei Brandini, Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Carlos Eduardo Caldarelli, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Patrícia Mendes Pereira, José Fernando Mangili Junior, Luis Alberto Garcia de Freitas, Fábio Lopes, Aurélio Pereira, Pedro Mosconi Siqueira, Waldiceu Aparecido Verri Junior, Benedita Gonçalves de Assis Ribeiro, Soraia Martinez Silva Carmo, Daniela Biguetti Lopes Martins e Amauri Alcindo Alfieri. Ausências justificadas: Reitora Profª Dra. Andréa Name Colado Simão e Vera Lucia Tieko Suguihiro. Convidados: Denise Maria Fank de Almeida, Silvano César da Costa e Ricardo Lopes da Fonseca. **I ORDEM DO DIA. 1) Processo 26.002.129-0 - DEPPEN - deliberar acerca da solicitação de isenção de taxa de inscrição no vestibular da UEL para Pessoas Privadas de Liberdade. (Relator: Prof. Dr. Celso Luiz Junior).** O Diretor Pedagógico da COPS, Prof. Ricardo Lopes da Fonseca, relatou que o processo foi encaminhado pelo coordenador regional da Polícia Penal, solicitando a isenção para sete instituições, incluindo as três PELs, a Casa de Custódia, o Centro de Reintegração Social, o Patronato e a Cadeia Pública Feminina. Informou que o pedido contempla 407 solicitações para o próximo vestibular, um número menor que os anos anterior (650 em 2024 e 551 em 2025). O impacto financeiro estimado de receita não arrecadada é de R$ 73.667,00. Prof. Miguel Piccirillo relembrou que o processo já havia sido apresentado na reunião anterior e retornou a esta pauta com dados complementares. Prof. Alan Felinto questionou sobre a precisão das estimativas, citando que em anos anteriores o número de inscritos efetivos foi menor que o previsto. Perguntou qual seria o limite máximo de isenções que a universidade pode suportar sem comprometer os custos do vestibular e quem, na comunidade, mais solicita essas isenções, ressaltando que quanto mais pessoas entrarem, melhor para a sociedade. Prof. Ricardo esclareceu que não possuía o dado sobre o limite de isenções, pois isso compete a outra diretoria. Complementou com dados do processo dizendo que existem atualmente 48 estudantes em privação de liberdade na UEL, sendo 33 ingressantes no ano de 2026, distribuídos

em diversos cursos. O Procurador Jurídico Vinícius Melo explicou que, além da aprovação no vestibular, o candidato em privação de liberdade depende obrigatoriamente de uma autorização do juiz da execução penal para efetivar a matrícula e frequentar as aulas. Profª Patrícia Mendes Pereira agradeceu os dados complementares, mas manifestou discordância quanto à forma de financiamento. Afirmou não ser contra o acesso dos detentos ao vestibular, mas questionou por que a UEL deve arcar com a isenção (os R$ 73 mil) em vez de outros órgãos responsáveis ou fontes de financiamento externas, dada a necessidade orçamentária da instituição. Prof. Caldarelli esclareceu que o DEPPEN já informou em reuniões anteriores da impossibilidade legal de transferência direta de recursos do Judiciário para a universidade para este fim. Ressaltou que a isenção é a forma de viabilizar a política pública da universidade. Profª Patrícia questionou se a não aprovação da isenção impediria as inscrições e sugeriu que os detentos deveriam passar pelos mesmos critérios socioeconômicos de outros candidatos, pois pode haver privados de liberdade com recursos próprios para pagar a taxa. Prof. Caldarelli argumentou que esta não é uma cota socioeconômica, mas sim uma política de ressocialização, visando a inclusão do apenado no contexto educacional. Profª Patrícia manteve sua posição de não concordância com o modelo atual de isenção total sem critérios de seleção similares aos dos demais candidatos. Profª Denise Fank explicou que o processo de seleção socioeconômico padrão é inviável para esse público, pois os sujeitos estão em sistema fechado, não possuem trânsito livre e, frequentemente, não portam documentos básicos, além de apresentarem fragilidades nos vínculos familiares que dificultam a obtenção de papelada. Profª Laura Brandini manifestou-se favorável à concessão das isenções, reiterando a função social da universidade. Destacou que a ressocialização é parte fundamental dessa missão e que a UEL já possui parcerias sólidas com o DEPPEN, como projetos de remição de pena pela leitura. Defendeu que o valor de R$ 73 mil pode ser absorvido pela instituição em nome de uma política de diversidade. Profª Patrícia interveio para reforçar que sua preocupação é estritamente financeira e não contra a responsabilidade social ou inclusão. Prof. Fernando Mangili afirmou ser pragmático em relação aos números e, embora não discuta o mérito da ressocialização, declarou-se contra o ônus financeiro recair sobre a UEL. Sugeriu que a reitoria faça uma gestão junto ao Judiciário para criar um fundo específico para custear essas taxas nas universidades estaduais, utilizando recursos de custas processuais ou multas. Criticou a baixa eficácia do processo (poucos concluintes) e solicitou que, no próximo ano, o processo venha com 60 dias de antecedência para

melhor planejamento. Prof. Miguel acolheu as sugestões e comprometeu-se a agendar uma reunião com o coordenador regional do DEPPEN para construir uma solução conjunta para os próximos anos, sem que isso fosse uma condicionante para a votação atual. Aurélio Pereira observou que o valor de R$ 73 mil é uma estimativa global e que, se houvesse análise socioeconômica, o valor real de isenção poderia ser menor. Relembrou que a política se tornou institucional ao longo do tempo e defendeu a busca de convênios com a Secretaria de Justiça. Ressaltou que a reinserção exige mais que a isenção, como a oferta de cursinhos ou telessalas dentro das unidades prisionais. Profª Denise Fank concordou com a necessidade de ampliar a política de permanência, citando dificuldades como a falta de acesso a computadores e materiais didáticos pelos detentos. Reforçou a viabilidade de buscar recursos em fundos especiais, comparando ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Prof. Alan enfatizou que o custo de manutenção de um detento no sistema é muito superior ao custo da educação e que a remição de pena pelo estudo é um benefício para o Estado. Propôs que o convênio com o DEPPEN inclua ações que tragam eficácia ao sistema, gerando dados positivos para negociações políticas com o governo. Colocada em regime de votação, a solicitação de isenção de taxa de inscrição no vestibular da UEL para Pessoas Privadas de Liberdade, foi aprovada com 1 (um) voto contrário e 1 (uma) abstenção. Profª Patrícia justificou seu voto favorável, explicando que o fez devido ao compromisso da reitoria em buscar novas formas de negociação e financiamento para o próximo ano. Profª Carrie Galvan declarou seu voto favorável ao processo, considerando-o uma ação necessária e importante da universidade, além de destacar a importância do controle das vagas e ofertas. **2) Processo 24.378.331-3 - indicação de 2 (dois) membros do Conselho de Administração para compor a Comissão que irá analisar as 25 sugestões apresentadas pela Comissão Eleitoral em seu relatório final. (Relator: Prof. Dr. Miguel Belinati Piccirillo**). Foram indicados os professores Laura Taddei Brandini e Alex Eduardo Gallo. **II. INFORMES**. 1) Profª Laura informou sobre a uma reunião realizada na PRORH sobre problemas técnicos no sistema de registro de frequência, relacionados ao adicional noturno. Relatou que os secretários dos departamentos estão enfrentando dificuldades severas com o sistema e que, por isso, esteve pessoalmente na pró-reitoria acompanhada de um secretário de departamento para explicar tecnicamente a situação. Destacou a necessidade de uma instrução de serviço para padronizar o atendimento a essa questão, pois cada secretaria tem lidado com o problema de uma maneira diferente.

Afirmou que a conversa foi produtiva e expressou esperança de que o diálogo tenha contribuído para sanar as falhas sistêmicas que vêm sendo enfrentadas há algum tempo. 2) Prof. Miguel informou sobre a Feira das Profissões, que ocorrerá no dia 1º de julho nos períodos da manhã, tarde e noite, ressaltando a importância da participação de todos os conselheiros. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Miguel Belinati Piccirillo _____
Reitor em exercício

Laura Taddei Brandini _____
Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

Alex Eduardo Gallo _____
Vice- Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Carlos Eduardo Caldarelli _____
Vice-Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Patrícia Mendes Pereira _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências Agrárias

José Fernando Mangili Júnior _____
Vice-Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Luis Alberto Garcia de Freitas _____
Vice- Diretor do Centro de Educação Física e Esporte

Fábio Lopes _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Aurélio Pereira _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Pedro Mosconi Siqueira _____
Representante discente

Waldiceu Aparecido Verri Junior _____
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Benedita Gonçalves de Assis Ribeiro _____
Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade

Soraia Martinez Silva Carmo _____
Pró-Reitora de Administração e Finanças

Daniela Biguetti Lopes Martins _____
Representando a Pró-Reitoria de Graduação

Amauri Alcindo Alfieri _____
Pró-Reitor de Planejamento